

MUNICÍPIO DE VILA VERDE

AVISO

CONSULTA PÚBLICA

Projeto de alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas Municipais

----- Dr. António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela, Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde: -----

----- Em cumprimento do disposto no art.º 101.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL 4/2015, de 7 de janeiro, publica-se em anexo ao presente aviso o “**Projeto de alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas Municipais**” para efeitos de **CONSULTA PÚBLICA**, a decorrer pelo prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da presente publicação na II série do Diário da República. -----

----- Os interessados podem dirigir, por escrito, as suas sugestões ao órgão competente, no decurso no prazo fixado. -----

----- Para constar e devidos efeitos legais, se publica o presente aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo, na II série do Diário da República e no site do Município. -----

----- Paços do Município, três de novembro de dois mil e dezasseis. -----

O Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde,



(Dr. António Fernando Nogueira Cerqueira Vilela)



MUNICÍPIO DE VILA VERDE

I/15416/2016/MVV

YCP AWE 009
[Handwritten signatures and initials]

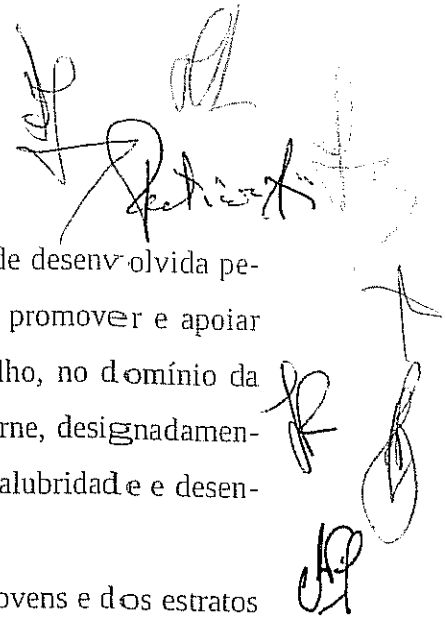
PROPOSTA

Assunto: Proposta de alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais.

1. O Regime Jurídico das Taxas das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com as sucessivas alterações, estabelece que as taxas das autarquias locais são criadas por regulamento aprovado pelo Órgão deliberativo respetivo;
2. O referido Regime Jurídico das Taxas das Autarquias Locais institui que as taxas das autarquias locais são tributos que assentam na prestação concreta de um serviço público local, na utilização privada de bens do domínio público e privado das autarquias locais ou na remoção de um obstáculo jurídico ao comportamento dos particulares;
3. Nos termos do artigo 4.º, da citada Lei, o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular;

Handwritten signatures and initials:
Petição
A
R
OP
P

4. Por deliberação tomada em sessão de 29 de abril de 2010, a Assembleia Municipal de Vila Verde aprovou o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais - Tabela de Taxas e Fundamentação Económico-Financeira -, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de maio de 2010, através do Aviso n.º 9596/2010, posteriormente alterado na sequência de deliberações do referido Órgão Deliberativo, pelo Aviso n.º 4527/2014, publicado no Diário da República, II série, de 2 de abril, e pelo Aviso n.º 125/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 17 de março.
5. O Município de Vila Verde tem implementado iniciativas e realizado investimentos visando a resolução dos problemas que afetam a sua população, através da prossecução de políticas integradoras e da articulação das ofertas dos apoios existentes no seu território, assumindo o seu papel de elemento catalisador da coesão social;
6. É nesse âmbito que se integra toda a política fiscal municipal com a qual se pretende, para além de garantir o princípio da prossecução do interesse público e a satisfação das necessidades financeiras da autarquia, a promoção de finalidades sociais, de qualificação urbanística, territorial e ambiental e o fomento da atividade económica;
7. A concessão de benefícios fiscais é, reconhecidamente, uma ferramenta essencial para introduzir estímulos à economia e incentivar o crescimento económico, pelo que pode ser usada, a nível local, para permitir a fixação de investimento no território municipal e, desta forma, contribuir para o desenvolvimento económico e social concelhio.
8. Neste desiderato, a Câmara Municipal considera essencial prosseguir uma política de concessão de benefícios fiscais a quem pretenda desenvolver projetos que prossigam fins de reconhecido interesse municipal, numa perspetiva de realização de investimentos relevantes que permitam a alavancagem da economia local e a criação de emprego.
9. Por isso, as isenções de taxas atualmente previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, designadamente as aprovadas por deliberação da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2015, constantes do Aviso n.º 125/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 17 de março, foram estabelecidas:



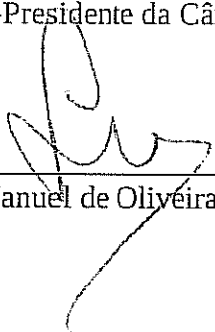
- em função do manifesto interesse público da atividade desenvolvida pelos respetivos sujeitos passivos, com o propósito de promover e apoiar eventos e atividades desenvolvidos no nosso Concelho, no domínio da prossecução das respetivas atribuições, no que concerne, designadamente, à cultura, ação social, saúde pública, ambiente e salubridade e desenvolvimento;
 - visando a proteção da comunidade, em especial dos jovens e dos estratos sociais mais desfavorecidos e carenciados;
 - e promovendo as atividades económicas de inegável interesse estratégico para o desenvolvimento do Concelho, designadamente as atividades agrícolas, pecuárias e turísticas;
10. No entanto, decorridos mais de 18 meses após a sua publicação, verifica-se que a redação constante dos artigos 25.º-A, 25.º-B e 25º-C carece de maior coerência formal, que simplifique o seu sentido e elimine dúvidas de interpretação;
 11. Em simultâneo, importa, na sequência da recente aprovação das áreas de reabilitação urbana concelhias, estabelecer as isenções de taxas aplicáveis às operações urbanísticas inseridas nas ARU's já apontadas nas respetivas propostas;
 12. De igual modo, sendo determinante para a promoção da atividade do Concelho o desenvolvimento de áreas empresariais, propõe-se que sejam isentadas de taxas urbanísticas as operações de loteamento e as obras de urbanização destinadas à instalação de empresas em espaços de atividades económicas assim classificados no Plano Diretor Municipal em vigor, definindo-se, também, critérios para atribuição de isenções de taxas urbanísticas para operações materiais de edificação e de utilização destinadas a atividades industriais que se pretendam instalar em áreas classificadas no PDM como espaços de atividades económicas;
 13. Pretende-se, assim, através desta alteração, simplificar e clarificar a norma e desenvolver um quadro tributário que, assente na realidade social e na dinâmica do território, torne ainda mais claro o inequívoco empenho da governação municipal em atrair e potenciar o investimento gerador de mais-valias económicas, sociais e ambientais.

Neste sentido,

PROPONHO ao Órgão Executivo, em coerência com as razões acima evidenciadas, que delibere aprovar, para efeitos de **submissão a discussão pública**, a decorrer pelo período de 30 dias, a contar da data da publicação da respetiva deliberação, nos termos legais, o **Projeto de Alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais**, documento que integra a presente proposta, da mesma fazendo parte integrante, e, para efeitos de **ulterior aprovação da Assembleia Municipal**, ao abrigo do disposto alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Município de Vila Verde, 25 de outubro de 2016.

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,



- Manuel de Oliveira Lopes, Dr.-

PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS

Artigo 1.º

Objeto

Os artigos 25.º-A, 25.º-B, 25.º-C, 26.º e 26.º-A, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 14 de maio de 2010, através do Aviso n.º 9596/2010, alterado pelo Aviso n.º 4527/2014, publicado no Diário da República, II série, de 2 de abril, e pelo Aviso n.º 125/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 17 de março, passam a ter a seguinte redação :

Onde se lê:

Artigo 25.º-A
Isenções e reduções

- 1- Estão isentas do pagamento das taxas previstas no presente Regulamento todas as entidades públicas ou privadas e todas as atividades e atos aos quais a lei ou regulamentos municipais atribuam, de forma expressa, tal isenção.
- 2- Podem, ainda, beneficiar de isenção do pagamento de taxas previstas no presente Regulamento as seguintes entidades:
 - a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que beneficiem do estatuto de utilidade pública, declarado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, e as instituições particulares de solidariedade social, legalmente constituídas, no que concerne aos atos e factos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins estatutários;
 - b) As Freguesias do Concelho de Vila Verde e as empresas municipais, relativamente a atos e factos decorrentes da prossecução dos seus fins e ou diretamente relacionados com os poderes delegados pelo Município;
 - c) As pessoas coletivas religiosas, relativamente aos atos ou factos direta e imediatamente destinados à realização de fins de solidariedade social;
 - d) As associações desportivas, profissionais, culturais ou recreativas, sociais e religiosas, sem fins lucrativos, legalmente constituídas, no âmbito de todos os atos, atividades e eventos que se destinem, de forma direta e imediata, à prossecução dos seus fins;
 - e) As associações sindicais e os partidos políticos;
 - f) Eventos e atividades destinados à promoção da saúde pública.
- 3- Pode, ainda, ser concedida isenção ou redução do valor das taxas quando se trate de operações urbanísticas, atividades ou eventos promovidos por quaisquer pessoas,

singulares ou coletivas, desde que, comprovadamente, se verifique a existência de um relevante interesse municipal, considerando o seu contributo para o desenvolvimento económico e social, designadamente no que se refere à criação de emprego, ao montante do investimento, à inovação tecnológica, à coesão social e à proteção do ambiente.

Deve ler-se:

Artigo 25.º-A
[...]

- 1- (...).
- 2- Estão, também, isentas do pagamento de taxas previstas no presente Regulamento as seguintes entidades:
 - a) As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que beneficiem do estatuto de utilidade pública, declarado nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, na sua redação atual, e as instituições particulares de solidariedade social, legalmente constituídas, no que concerne aos atos, atividades e eventos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins estatutários;
 - b) (...)
 - c) As pessoas coletivas religiosas, relativamente aos atos, atividades e eventos, direta e imediatamente destinados à realização de fins de natureza religiosa e/ou de solidariedade social;
 - d) (...)
 - e) (...)
 - f) As entidades, públicas ou privadas, que promovam a realização de eventos e atividades sem fins lucrativos destinados à promoção da saúde pública.
- 3- Estão, ainda, isentas do pagamento de taxas previstas no presente Regulamento, as operações urbanísticas, atividades ou eventos promovidos por quaisquer pessoas, singulares ou coletivas, desde que a Câmara Municipal reconheça a existência de um relevante interesse municipal, considerando o seu contributo para o desenvolvimento económico e social, designadamente no que se refere à criação de emprego, ao montante do investimento, à inovação tecnológica, à coesão social e à proteção do ambiente.

Onde se lê:

Artigo 25.º-B
Isenções ou reduções específicas no âmbito
da urbanização e edificação

- 1- Sem prejuízo das isenções constantes em legislação especial, bem como as isenções previstas no artigo 25.º-A, do presente Regulamento, pode ser concedida, igualmente, isenção do pagamento de taxas de urbanização e edificação às entidades referidas no artigo 7.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação atual.

- 2- Estão, ainda, isentas do pagamento das taxas referidas no número anterior as situações elencadas nas alíneas que seguem:
- As pessoas singulares com idade compreendida entre os dezoito e os trinta e cinco anos ou, quando se trate de um casal ou pessoas que, vivendo em união de facto, preencham os pressupostos constantes da Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, a média de idades não exceda os trinta e cinco anos à data do pedido, para obras de edificação, construção, reconstrução, alteração, conservação e ampliação, com área de construção total igual ou inferior a 200 m², desde que a construção se destine a habitação permanente do agregado familiar por um período mínimo de 5 anos, sob pena da obrigatoriedade do beneficiário das isenções efetuar o pagamento de todas as taxas devidas no procedimento em causa, desde a apresentação do requerimento inicial, na sequência do competente ato de liquidação;
 - As famílias cujo rendimento mensal per capita seja igual ou inferior a metade do salário mínimo nacional e desde que consideradas carenciadas de acordo com relatório elaborado pelos competentes serviços municipais de ação social, apenas quando se trate de obras identificadas na alínea anterior que possuam uma área de construção total igual ou inferior a 200 m², desde que destinadas à habitação permanente do respetivo agregado familiar;
 - Os bombeiros voluntários detentores de dois ou mais anos consecutivos do tempo mínimo obrigatório para se manterem no Corpo Ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde (AHBVVV), após comprovada declaração da Instituição, e nos casos em que o número de horas de voluntariado, realizadas no ano que preceda o respetivo requerimento, exceda em, pelo menos, cento e cinquenta horas/ano, o número exigível para continuar a pertencer ao Corpo Ativo da AHBVVV, relativamente a obras de construção, reconstrução, alteração, conservação e ampliação destinadas a habitação própria permanente;
 - As obras destinadas a fins agrícolas, pecuários ou florestais, incluindo-se nestas isenções a prestação de serviços e a concessão de documentos, designadamente certidões, fotocópias ou outros documentos relativos às obras a que se refere a presente alínea;
- 3- Aos beneficiários da isenção prevista na alínea c), do n.º 2, do presente artigo, será concedida uma redução de 50 % do pagamento das taxas aí referidas quando se verifique que o número de horas de voluntariado, realizadas pelo requerente nos dois anos que precedam o respetivo pedido, corresponde apenas ao número de horas exigível para continuar a pertencer ao Corpo Ativo da AHBVVV.
- 4- Estão, também, isentos do pagamento de taxas todos os pedidos relativos a obras para empreendimentos turísticos nas tipologias de turismo de habitação, turismo no espaço rural nas modalidades de casas de campo e agroturismo, bem como os parques de campismo e caravanismo;
- 5- Os beneficiários das isenções previstas no número anterior não podem alterar o uso para fim diverso do previsto no procedimento de controlo prévio existente durante um período mínimo de cinco anos, sob pena de ter que efetuar o pagamento de todas as taxas devidas no procedimento, desde a apresentação do requerimento inicial, na sequência do competente ato de liquidação.
- 6- Para efeitos do disposto no n.º 3, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, aplicar-se-á a seguinte metodologia:

[Handwritten signatures and initials]

- a) Se os encargos inerentes ao valor dos trabalhos a realizar for superior a duas vezes o valor da taxa a pagar, beneficiará o requerente de uma redução de taxa de 100 %;
 - b) Se os encargos inerentes ao valor dos trabalhos a realizar for inferior ou igual ao valor referido na alínea anterior, beneficiará o requerente de uma redução de taxas de 80 %.
- 7- No âmbito das isenções previstas no presente artigo encontram-se as taxas administrativas legalmente devidas no procedimento.

Deve ler-se:

Artigo 25.º-B
[...]

- 1- Estão isentas do pagamento de taxas de urbanização e edificação as operações materiais de edificação e utilização promovidas:
- a) Pelas entidades referidas no artigo 7.º, do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual;
 - b) Pelas entidades referidas nas alíneas a), c) e d), do n.º 2, do artigo anterior, desde que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins;
 - c) Pelas pessoas singulares com idade compreendida entre os dezoito e os trinta e cinco anos ou, quando se trate de um casal ou pessoas que, vivendo em união de facto, preencham os pressupostos constantes da Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, na sua redação atual, a média de idades não exceda os trinta e cinco anos à data do pedido, com área de construção total igual ou inferior a 200 m², desde que o edifício se destine a habitação permanente do agregado familiar por um período mínimo de 5 anos, sob pena da obrigatoriedade do beneficiário das isenções efetuar o pagamento de todas as taxas devidas nos respetivos procedimentos, desde a apresentação do requerimento inicial, de acordo com o competente ato de liquidação;
 - d) Pelas famílias cujo rendimento mensal *per capita* seja igual ou inferior a metade do salário mínimo nacional em vigor aquando do pedido de isenção e desde que consideradas carenciadas de acordo com relatório elaborado pelos competentes serviços municipais de ação social, que possuam uma área de construção total igual ou inferior a 200 m², desde que destinadas à habitação permanente do respetivo agregado familiar;
 - e) Pelos bombeiros voluntários detentores de dois ou mais anos consecutivos do tempo mínimo obrigatório para se manterem no Corpo Ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde (AHBVVV), após comprovada declaração da Instituição, e nos casos em que o número de horas de voluntariado, realizadas no ano que preceda o respetivo requerimento, exceda em, pelo menos, cento e cinquenta horas/ano, o número exigível para continuar a pertencer ao Corpo Ativo da AHBVVV, desde que destinadas a habitação própria permanente.
- 2- Estão, também, isentas do pagamento de taxas de urbanização e edificação as operações materiais de edificação e utilização destinadas aos seguintes fins:

Handwritten signatures and initials, including "Art. 25" and various initials like "AP", "JP", and "JA".

- a) Agrícolas, pecuários ou florestais, incluindo-se nestas isenções a prestação de serviços e a concessão de documentos, designadamente certidões, fotocópias ou outros documentos relativos às operações urbanísticas a que se refere a presente alínea;
 - b) Empreendimentos turísticos nas tipologias de turismo de habitação, turismo no espaço rural nas modalidades de casas de campo e agroturismo, bem como os parques de campismo e caravanismo;
 - c) Industriais, desde que se instalem em solo classificado no PDM como Espaços de Atividades Económicas, o investimento seja igual ou superior a 250 mil euros e vise a criação de 5 ou mais postos de trabalho;
 - d) À reabilitação de prédios urbanos ou frações autónomas integradas nas áreas de reabilitação urbana (ARU's), devidamente aprovadas pelos órgãos municipais, enquanto estas estiverem em vigor, incluindo, também, a isenção de taxas devidas pela determinação do nível de conservação e/ou pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior dos referidos imóveis previstas no Quadro XXVIII da Tabela Anexa ao presente Regulamento, no seu artigo 21.º, n.ºs 1 e 2, respetivamente.
- 3- Estão isentas do pagamento de taxas de urbanização e edificação as operações de loteamento e/ou as obras de urbanização promovidas em solo classificado no Plano Diretor Municipal em vigor como Espaços de Atividades Económicas.
- 4- Aos beneficiários da isenção prevista na alínea e), do n.º 1, do presente artigo, é concedida uma redução de 50 % do pagamento das taxas aí referidas quando se verifique que o número de horas de voluntariado, realizadas pelo requerente nos dois anos que precedam o respetivo pedido, corresponde apenas ao número de horas exigível para continuar a pertencer ao Corpo Ativo da AHBVVV.
- 5- Os beneficiários das isenções previstas na alínea b), do n.º 2, do presente artigo, não podem alterar o uso para fim diverso do previsto no procedimento de controlo prévio existente durante um período mínimo de cinco anos, sob pena de ter que efetuar o pagamento de todas as taxas devidas nos respetivos procedimentos, desde a apresentação do requerimento inicial, de acordo com o competente ato de liquidação.
- 6- (...)
- a) (...)
 - b) (...)
- 7- (Eliminado)

Onde se lê:

Artigo 25.º-C
Isenções ou reduções específicas, no âmbito da ocupação do espaço público, ruído e publicidade

- 1- Estão isentas do pagamento das taxas de ocupação do espaço público, de licenciamento especial de ruído, de licenciamento de recintos itinerantes e improvisados, de autorização prévia para a utilização de fogo-de-artifício e de licenciamento para afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias, no âmbito das festas populares, procissões, romarias, bailes, arraiais e atividades desportivas, as comissões de festas, relativamente a atos ou factos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins e constituam um fator de promoção do

- Concelho, no que se refere à cultura, ao desporto, ao associativismo e à divulgação de valores e tradições locais.
- 2- Podem ser concedidas, ainda, isenções do pagamento das taxas previstas neste artigo, com as devidas adaptações, às associações empresariais, independentemente do ramo económico, desde que se destinem a promover ações e eventos que concorram para o desenvolvimento económico local.
 - 3- Beneficia de redução de 50 % a taxa prevista para ocupação do espaço público para a instalação de toldos e similares, integrados ou não nos edifícios, constante do Quadro VI, da Tabela Anexa ao presente Regulamento, no seu artigo 21.º, n.º 1.
 - 4- Beneficiam, ainda, da redução prevista no número anterior as esplanadas destinadas ao exercício da atividade de restauração e bebidas, constante no Quadro VI da Tabela Anexa ao presente Regulamento, no seu artigo 26.º, n.º 6.
 - 5- A redução a que se refere os números 3 e 4, do presente artigo é aplicável aos pedidos apresentados nesta Autarquia durante os anos 2015 e 2016.
 - 6- Fica, ainda, isenta do pagamento de taxas previstas no Quadro XX da Tabela Anexa ao presente Regulamento a inscrição, afixação e difusão de mensagens publicitárias nos empreendimentos turísticos e o alojamento local.

Deve ler-se:

Artigo 25.º -C
[...]

- 1- Estão isentas do pagamento das taxas devidas pela ocupação do espaço público, pela emissão de licença especial de ruído, pelo licenciamento de recintos itinerantes e improvisados, pela autorização prévia para a utilização de fogo-de-artifício e pelo licenciamento para afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias, no âmbito das festas populares, procissões, romarias, bailes, arraiais e atividades desportivas, as comissões de festas das freguesias ou paróquias, relativamente a atos ou factos que se destinem à direta e imediata realização dos seus fins e constituam um fator de promoção do Concelho, no que se refere à cultura, ao desporto, ao associativismo e à divulgação de valores e tradições locais.
- 2- Estão, também, isentas do pagamento das taxas previstas no número anterior, com as devidas adaptações, as associações empresariais, independentemente do ramo económico, que promovam ações e eventos que concorram para o desenvolvimento económico local.
- 3- As taxas previstas no Quadro VI, da Tabela Anexa ao presente Regulamento, no seu artigo 21.º, n.º 1, e no seu artigo 26.º, n.º 6, relativas, respetivamente, à ocupação do espaço público para a instalação de toldos e similares, integrados ou não nos edifícios, e instalação de esplanadas destinadas ao exercício da atividade de restauração e bebidas, são reduzidas em 50%, até à alteração da Tabela de Taxas, nesta matéria.
- 4- (Eliminado)
- 5- (Eliminado)
- 6- Está, ainda, isenta do pagamento de taxas previstas no Quadro XX, da Tabela Anexa ao presente Regulamento, a inscrição, afixação e difusão de mensagens publicitárias referentes aos empreendimentos turísticos e ao alojamento local.

Onde se lê:

Artigo 26.º
Procedimento de isenções ou reduções

- 1- O pedido de isenção ou redução das taxas previstas no presente Regulamento deve ser formulado por escrito, devidamente fundamentado e instruído com os documentos comprovativos do direito à isenção ou redução solicitada.
- 2- O pedido referido no número anterior deve ser apresentado aquando da entrega do requerimento, ou comunicação, onde o interessado formula a pretensão material passível de pagamento de taxas, ou no prazo de trinta dias úteis após a referida entrega, sob pena de caducidade do direito.
- 3- As isenções e reduções previstas nos números anteriores não autorizam os beneficiários a utilizar meios suscetíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por danos causados no património municipal.
- 4- Compete aos serviços municipais informar, fundamentadamente, o pedido e proceder à determinação do montante da taxa a que se reporta o pedido de isenção ou redução.

Deve ler-se:

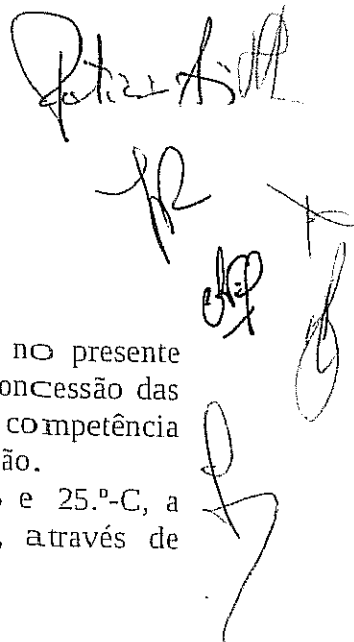
Artigo 26.º
[...]

- 1- (...)
- 2- (...)
- 3- As isenções e reduções previstas nos artigos 25.º-A, 25.º-B e 25.º-C, do presente Regulamento, incluem as taxas administrativas legalmente devidas nos respetivos procedimentos, não autorizando os beneficiários a utilizar meios suscetíveis de lesar o interesse municipal e não abrangem as indemnizações por danos causados no património municipal.
- 4- (...)
- 5- Não se aplicam as isenções e reduções previstas nos artigos anteriores sempre que o sujeito passivo tenha dívidas vencidas de qualquer natureza para com o Município.

Onde se lê:

Artigo 26.º-A
Competências

A competência para conceder as isenções e reduções estabelecidas no presente Regulamento pertence ao Presidente da Câmara, excepcionando-se a concessão das isenções previstas nos seus artigos 25.º-A, n.º 3, e 25.º-C, n.º 2, cuja competência pertence à Câmara Municipal, com faculdade de delegação e subdelegação.



Deve ler-se:

Artigo 26.º -A

[...]

- 1- A competência para conceder as isenções e reduções estabelecidas no presente Regulamento pertence ao Presidente da Câmara, excepcionando-se a concessão das isenções previstas nos seus artigos 25.º-A, n.º 3, e 25.º-C, n.º 2, cuja competência pertence à Câmara Municipal, com faculdade de delegação e subdelegação.
- 2- Além das isenções ou reduções previstas nos artigos 25.º-A, 25.º-B e 25.º-C, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder outras isenções totais ou parciais.

Artigo 2.º

Entrada em vigor

A presente alteração do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais entra em vigor no dia útil seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

Quanto aos argumentos insidiosos, revelam o nível político da maioria PSD, pela voz do vereador Patrício Araújo que desconhece estes dossiers, e que tem descido a abismos raramente vistos.

As ideias e os argumentos políticos foram substituídos pela falácia, até numa simples conta.

Lamenta-se pela demagogia pouco séria. Obviamente os argumentos falaciosos invocados não nos merecem qualquer comentário.”

O Sr. Vereador Patrício Araújo apresenta a seguinte declaração: A grande falácia é aquela que os vereadores do PS tentam apresentar aos olhos dos vilaverdenses, pois mais uma vez, pugnam pela falta à verdade, na medida em que, fazendo as contas, e dividindo 0,04€ por 0,55€, corresponde a um aumento de 7,27% e não um aumento de 10% conforme alegam. Por aqui se vê quem fala a verdade e quem defende os interesses dos vilaverdenses, na medida em que, batendo-se contra esta alteração de quatro cêntimos, os quais resultam de uma obrigação legal, a qual nos impede de praticar um tarifário mais baixo do que aquele que nos é cobrado pela entidade que gere o saneamento em alta ignorando o restante conjunto de benefícios, nomeadamente a consagração da isenção do pagamento de tarifas de ligação, a existência de um tarifário social para os agregados familiares mais desfavorecidos e carenciados e a existência de um tarifário especificamente dirigido às famílias numerosas.

02.07.- Presente a proposta de alteração ao regulamento de liquidação e cobrança das taxas municipais. (Anexo9)

DELIBERAÇÃO: A Câmara delibera, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao regulamento de liquidação e cobrança das taxas municipais, para efeitos de submissão a discussão pública, a decorrer pelo período de 30 dias, a contar da data de publicação da respetiva deliberação e posterior remessa à Assembleia Municipal.

Os membros do executivo PSD apresentam a seguinte declaração: “A presente proposta de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais tem dois objetivos

FLs *António*

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 28/10/2016

essenciais: dar maior coerência formal à redação dos artigos que versam sobre o regime de isenções ou reduções e propor novas isenções.

Releva de todo o articulado, antes de mais, a clara preocupação deste executivo municipal em apoiar: todas as entidades públicas ou privadas que, na prossecução dos seus fins estatutários, exerçam atividades de relevante interesse municipal; as atividades económicas consideradas estratégicas como sejam as atividades agrícolas, florestais, pecuárias e turísticas; os jovens, as famílias carenciadas e os bombeiros na aquisição de habitação própria permanente.

Acresce, agora, a proposta de isenções aplicadas a operações urbanísticas relacionadas com investimentos industriais e a reabilitação urbana.

Com esta proposta o PSD demonstra, claramente, a enorme sensibilidade social da sua política fiscal bem como o empenho em criar um quadro tributário amigo do investimento e promotor da atratividade do território que estimule a instalação de empresas e a criação de emprego.

Do ponto de vista urbanístico e do ordenamento do território, as novas isenções previstas para as ações de reabilitação urbana demonstram o nosso empenho em criar condições para uma gestão urbanística mais coerente com o quadro inscrito no Plano Diretor Municipal, promovendo iniciativas que transformem os nossos principais centros urbanos em territórios mais coesos, competitivos e atrativos, garantindo-lhes maior coerência, equilíbrio e sustentabilidade. Por outro lado, as isenções propostas para as operações de loteamento e instalação de indústrias em áreas destinadas às atividades económicas demonstram, claramente, o objetivo de incrementar maior atratividade para investimentos e instalação de empresas em áreas do território especificamente destinadas à instalação e acolhimento empresarial.

Desta forma, não restam dúvidas que este amplo leque de isenções de taxas urbanísticas e no âmbito da ocupação do espaço público e da publicidade, aliado à aplicação da taxa mínima de IMI e à isenção da derrama para um grande número de empresas, criam um quadro muito favorável para o tecido empresarial que se situa ou que venha a instalar-se no território municipal e ampliam a nossa atratividade quando comparados com concelhos vizinhos.

É com estas políticas concretas de apoio às instituições, às empresas, aos jovens e às famílias que pretendemos fazer do nosso concelho um espaço propiciador de prosperidade e de bem-estar para todos os munícipes e suscetível de continuar a atrair novos investimentos cruciais para a produção de maior riqueza e a criação de novas oportunidades de trabalho.

Por todos estes motivos, os membros do executivo do PSD votam favoravelmente a presente proposta. “

02.08.- Presente a proposta de alteração ao regulamento municipal de urbanização e edificação. (Anexo10)

DELIBERAÇÃO: A Câmara delibera, por unanimidade, aprovar a proposta de alteração ao regulamento municipal de urbanização e edificação, para efeitos de submissão a discussão pública, a decorrer pelo período de 30 dias a contar da data da publicação da respetiva deliberação e posterior remessa à Assembleia Municipal.

A Sr.^a Vereadora Manuela Machado apresenta a seguinte declaração: “Solicito que o ponto seja retirado da ordem de trabalhos da reunião extraordinária de hoje, pois para o analisar em pormenor, tal como o mesmo o merece, entendo que será necessário mais tempo que as 48 horas que nos foram dadas. Para a sua análise é necessário cruzar este regulamento com o PDM e com o RJUE e, como é óbvio, isso exige tempo. Realço que os assuntos que constavam na ordem de trabalhos desta reunião extraordinária exigiram elevado dispêndio de tempo para serem analisados dada a sua elevada importância. Em consciência, emitir uma opinião de um documento que não analisei em pormenor como faço e fiz com todos os documentos que alguma vez foram alvo da minha votação em reunião de câmara não me é possível”.

O Sr. Presidente apresenta a seguinte declaração: “Informo que não há qualquer razão para se retirar o assunto da ordem de trabalhos, na medida em que o mesmo será submetido a discussão pública e durante esse período podem ser sugeridas alterações, acrescentados ou retirados elementos que possam melhorar a respetiva proposta. Acrescento, ainda, que este assunto, após